

## **Aprendizagem e desempenho escolar: efeitos de uma educação inclusiva em tempos de pandemia**

Learning and school performance: effects of inclusive education in pandemic times

Aprendizaje y rendimiento escolar: efectos de la educación inclusiva en tiempos de pandemia

Recebido: 03/09/2022 | Revisado: 10/09/2022 | Aceito: 11/09/2022 | Publicado: 18/09/2022

### **Cosma Pereira da Silva<sup>1</sup>**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6278-5523>  
Universidade Paulista, Brasil  
E-mail: [cosmap.silva22@gmail.com](mailto:cosmap.silva22@gmail.com)

### **Dulciléa Maria da Silva<sup>1</sup>**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1940-4019>  
Universidade Paulista, Brasil  
E-mail: [dulcileamaria@hotmail.com](mailto:dulcileamaria@hotmail.com)

### **Gabriella André da Silva<sup>1</sup>**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1734-6644>  
Universidade Paulista, Brasil  
E-mail: [gabriellasilva2811@hotmail.com](mailto:gabriellasilva2811@hotmail.com)

### **Josiane Vitorino da Silva<sup>1</sup>**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2201-254X>  
Universidade Paulista, Brasil  
E-mail: [josianevitorino@outlook.com](mailto:josianevitorino@outlook.com)

### **Risleide Anneberg Cavalcanti Araújo de Lima<sup>1</sup>**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1166-924X>  
Universidade Paulista, Brasil  
E-mail: [risleidea@gmail.com](mailto:risleidea@gmail.com)

### **Janáina Bezerra da Silva<sup>1</sup>**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5976-6858>  
Universidade Paulista, Brasil  
E-mail: [janaina198@gmail.com](mailto:janaina198@gmail.com)

### **Victor Oliveira Silva<sup>2</sup>**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4393-7269>  
Universidade Maurício de Nassau, Brasil  
E-mail: [victoroliveira0712@gmail.com](mailto:victoroliveira0712@gmail.com)

### **Gisele Franca da Silva<sup>1</sup>**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2281-3358>  
Universidade Paulista, Brasil  
E-mail: [francagisele71@gmail.com](mailto:francagisele71@gmail.com)

### **Paula Estefany da Silva Souza<sup>1</sup>**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9768-970X>  
Universidade Paulista, Brasil  
E-mail: [paulaestefany27@gmail.com](mailto:paulaestefany27@gmail.com)

### **José Eduardo Silva<sup>\*3</sup>**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8483-0305>  
Universidade Paulista, Brasil  
E-mail: [silva.j.e@outlook.com](mailto:silva.j.e@outlook.com)

### **Resumo**

A pandemia do covid-19 resultou em diversas mudanças que envolvem atividades humanas, entre elas, a rotina de milhares de estudantes tanto na educação regular quanto na perspectiva da educação inclusiva. Este trabalho objetivou refletir sobre as decorrências de uma educação inclusiva em tempos de pandemia, bem como analisar a educação inclusiva e identificar as implicações do contexto pandêmico para todos os agentes envolvidos. A questão que norteou este estudo fora depreender sobre a dicotomia: Aprendizagem e Desempenho Escolar: Efeitos de uma Educação Inclusiva em tempos de Pandemia. Assim, utilizou-se o método pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativa e quantitativa. Como coleta de dados foram utilizadas as plataformas *Google Acadêmico*, *SciELO* e documentos, para o aprofundamento do tema proposto na pesquisa. Por fim, deve-se considerar que a pandemia trouxe mudanças urgentes

---

<sup>1</sup> Graduandas em Licenciatura em Pedagogia - UNIP

<sup>2</sup> Graduando em Licenciatura em Pedagogia - UNINASSAU.

<sup>3</sup> Professor e pesquisador (\*autor correspondente).

e significantes por meio do uso das tecnologias digitais, na condução da educação inclusiva e que é preciso ter políticas públicas educacionais que considerem os diferentes contextos, com ou sem crise, de forma que minimize o aumento dos excluídos pelo atual contexto.

**Palavras-chave:** Direito; Desafios; Oportunidades; Políticas públicas educacionais.

### **Abstract**

The covid-19 pandemic resulted in several changes involving human activities, including the routine of thousands of students both in regular education and in the perspective of inclusive education. This work aimed to reflect on the consequences of inclusive education in times of a pandemic, as well as to analyze inclusive education and identify the implications of the pandemic context for all agents involved. The question that guided this study was to understand the dichotomy: Learning and School Performance: Effects of Inclusive Education in times of Pandemic. Thus, the bibliographic research method, of qualitative and quantitative character, was used. As data collection, Google Scholar and Scielo platforms and documents were used to deepen the theme proposed in the research. Finally, it must be considered that the pandemic has brought urgent and significant changes through the use of digital technologies, in the conduct of inclusive education and that it is necessary to have public educational policies that consider the different contexts, with or without crisis, so that minimizes the increase of those excluded by the current context.

**Keywords:** Law; Challenges; Opportunities; Public polycs education.

### **Resumen**

La pandemia de covid-19 trajo como consecuencia varios cambios que involucran las actividades humanas, incluyendo la rutina de miles de estudiantes tanto en la educación regular como en la perspectiva de la educación inclusiva. Este trabajo tuvo como objetivo reflexionar sobre las consecuencias de la educación inclusiva en tiempos de pandemia, así como analizar la educación inclusiva e identificar las implicaciones del contexto de pandemia para todos los agentes involucrados. La pregunta que guió este estudio fue comprender la dicotomía: Aprendizaje y Rendimiento Escolar: Efectos de la Educación Inclusiva en tiempos de Pandemia. Así, se utilizó el método de investigación bibliográfica, de carácter cualitativo y cuantitativo. Como recolección de datos, se utilizaron las plataformas y documentos Google Scholar y Scielo para profundizar en la temática propuesta en la investigación. Finalmente, se debe considerar que la pandemia ha traído cambios urgentes y significativos a través del uso de las tecnologías digitales, en la conducción de la educación inclusiva y que es necesario contar con políticas públicas educativas que consideren los diferentes contextos, con o sin crisis, para que minimice el aumento de los excluidos por el contexto actual.

**Palabras clave:** Ley; Retos; Oportunidades; Políticas públicas educativas.

## **1. Introdução**

A pandemia do COVID-19 interveio significativamente em todas as áreas humanas, principalmente nas políticas sociais e o setor educacional. A partir disso, percebe-se que o sistema de ensino convencional de milhares de crianças e adolescentes foi consideravelmente prejudicado. Para crianças/adolescentes na condição de pessoa com deficiência- PCD, a situação foi ainda mais complexa.

Os impactos da pandemia do Covid-19 na conjuntura educacional, tem apresentado um cenário de adversidades desde a educação básica ao ensino superior, pois o isolamento social resultou na suspensão das aulas presenciais. A partir da necessidade de se garantir o direito à educação, uma das medidas mais adotadas para reduzir as consequências da suspensão das aulas presenciais é o ensino remoto, que consiste em aulas on-line.

Em uma conjunção de incertezas, a inclusão digital foi uma das ferramentas mais utilizadas como meio de transmitir os estudos e conhecimentos para os alunos, porém, aos que possuem algum tipo de necessidade especial, a situação foi degradante. A ausência e limitação de recursos, e por vezes, a falta de qualificação de profissionais para atender às crianças do ensino regular e educação especial já era evidente, com os avanços de contágios do COVID-19, o isolamento social tornou-se uma realidade e o ensino remoto passou a fazer parte da rotina de docentes, discentes e famílias em geral.

Não obstante, a pandemia abriu espaço para mudanças aos modelos convencionais do sistema de ensino, pressionando sistemas e instituições do setor educacional a mudar as formas de avaliação e a maneira de se transmitir os conteúdos. O professor precisou ajustar-se ao novo contexto prático-pedagógico do ensino remoto. O enfoque passou a ser as atividades

vivenciadas, e o desenvolvimento só pode ser mensurado nas atividades que são entregues, mas a forma avaliativa formal ganhou outras apresentações além do papel, e a tudo isso o professor precisou adaptar-se (Cavalcante, 2020).

Dessa forma, as tecnologias digitais foram as alternativas que educandos e professores tiveram para diminuir os impactos do isolamento social e dar continuidade ao calendário escolar. Da Silva e Teixeira (2020) afirmam que as tecnologias digitais – TD, nas últimas décadas tem configurado um novo contexto global na perspectiva social. A inserção das TD no contexto educacional é cada vez pertinente, porém tem sido um processo lento. Contudo, a conjuntura pandêmica instituiu o uso das TD na educação em caráter emergencial.

Pesquisas realizadas em 2019 através do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação-CETIC-BR, apresenta um índice de que 71% da população brasileira possui acesso à internet e 29% dos brasileiros não possuem acesso à internet, maior parte dessas dos indivíduos sem acesso à internet estão nas classes sociais C, D e E (Cetic-br, 2019). A CETIC-BR também aponta que 75% estudantes da rede pública estadual e municipal, possuem acesso à internet para realizar as tarefas escolares, enquanto na rede privada esse número é de 90% de estudantes que possuem acesso à internet (Cetic-br, 2019).

Outros dados da pesquisa pontuam que apenas 63% dos estudantes do ensino infantil e fundamental possuem acesso à internet como auxílio nas atividades escolares. Percebe-se que mais de 40% desse público-alvo não acompanham as aulas na modalidade remota e não utilizam a internet como ferramenta de pesquisa ou consulta (Cetic-br, 2019). Outro aspecto relevante que deve ser levado em consideração são os milhares de estudantes que estão processo de alfabetização a distância, que necessitam de um suporte pedagógico maior, assim como o apoio e acompanhamento da família nas atividades escolares.

Segundo Ribeiro e Oliveira (2021), uma das dificuldades que tem se apresentado relevante é em relação aos recursos digitais possuem obstáculos de acessibilidade, que também está associado ao grau de necessidade especial de cada indivíduo. Pesquisas voltadas a questões de acessibilidade de indivíduos com necessidades excepcionais, apresentam que apenas 3,88% desse público-alvo não possuem obstáculos de acessibilidade em plataforma de educação. Nesse contexto, pode-se perceber um índice bastante alto ao que diz respeito a dificuldades ou ausência de acesso digital de milhares de pessoas com algum tipo de necessidade excepcional.

Diante desse contexto, percebe-se diversos obstáculos entre o acesso ao ensino remoto e a educação inclusiva na sua totalidade, assim como a ausência de estratégias que possam apresentar alternativas de atendimento aos estudantes da educação especial que por diversos fatores não conseguem acompanhar as aulas on-line. A partir destas circunstâncias, surgiu o seguinte questionamento: qual o papel da pedagogia para reduzir os impactos das desigualdades sociais a partir do ensino remoto na educação inclusiva impostos pelo cenário de pandemia?

A pesquisa objetivou refletir sobre as decorrências de uma educação inclusiva em tempos de pandemia, bem como analisar a educação inclusiva e identificar as implicações do contexto pandêmico para todos os agentes envolvidos. O estudo refere-se a uma pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa e quantitativa, na perspectiva do Estado da Arte.

## **2. Pressuposto Histórico, Conceitos e Legalidade da Educação Inclusiva**

Em um panorama da história da Educação Especial no Brasil, a temática voltada à educação da pessoa com deficiência tem suas abordagens desde o século XIX. As primeiras idealizações a partir de então, tem como principais influências os moldes de segregação, que foi o primeiro tipo de educação ofertada à pessoa deficiente no Brasil (Sousa, 2020).

A partir do século XX, mediante a constituição Federal-CF de 1988, o acesso à educação é abordado como um direito social (Leite & Segantin, 2018). O artigo 205 estabelece a educação como responsabilidades do Estado e da família [...] assim como, garante no artigo 208 e inciso III, o Atendimento Educacional Especializado, nas instituições de ensino regular (Ortiz,

2021). Com a fundamentação dos direitos à educação pela CF, inicia-se um percurso histórico-político que envolve os desdobramentos da Educação Inclusiva no Brasil.

A educação é direito de todos, porém mais que o cumprimento de leis, a educação para todos garantiria a verdadeira inclusão, na medida em que se deixasse de se ver as diferenças como impasses, mas como algo que é comum a todos. Entretanto, as diferenças não devem ser ignoradas, mas reconhecidas, pois naturalmente somos diferentes, mas iguais na condição de sermos humanos.

Nos anos de 1990, diversos eventos voltados a temática da Educação especial, como por exemplo a Declaração de Salamanca em 1994. Essa declaração tem como princípio fundamental a inclusão de todo escolar que de algum modo passava por exclusão escolar, independentemente das condições. A partir desse evento e de outros movimentos pró inclusão, a Educação Especial tomou novos rumos, visando uma educação para inclusão (Bazon *et al.*, 2018).

Em 2001, o Conselho Nacional de Educação – CNE, constituiu as diretrizes para Educação Especial na educação básica nacional. Assim, a resolução do CNE garante o atendimento de escolares com demandas especiais em todas as etapas da educação básica. Esse documento trata desde a matrícula nas instituições de ensino regular até a organização do trabalho pedagógico flexível e adaptado às especificidades das necessidades desse público-alvo (Gabriel & Drago, 2021).

A contextualização da legitimidade de uma política inclusiva, configurou-se em 2008 com a Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva - PNEEEI, possibilitando a promoção da qualidade na educação e no atendimento dos educandos com necessidades excepcionais (Barcelos, 2019).

Em progressão aos aspectos legais da Inclusão, instituiu-se a lei 13. 146/2015 que se refere ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão-LBI (Leite & Segantin, 2018). A LBI foi um marco histórico importante na garantia dos direitos de inclusão, principalmente na perspectiva da inclusão escolar no Brasil.

A partir desse recorte histórico-político é possível verificar que a implementação da Educação Inclusiva é repleta de desafios, em meio a muitos avanços, e alguns retrocessos. Por isso, é de suma importância a constante modificação de políticas públicas e legislações para garantir a efetivação de tais práticas no meio educacional e social. A evolução da Educação Inclusiva deve ser considerada uma luta diária por todos, afinal, como dito anteriormente, seu objetivo é a equidade.

Para refletir sobre a educação inclusiva, se faz necessário entender a distinção do conceito de Educação Especial. Enquanto a educação inclusiva, está associada que não tem como enfoque apenas os estudantes, mas toda a comunidade escolar. Assim, a inclusão acontece de forma global. Já a Educação Especial consiste em um modelo de ensino que objetiva no desenvolvimento de competências essenciais no aprendizado do escolar excepcional (Vieira, 2019).

Santos (2019), entende a educação inclusiva como uma maneira de formar todos os educandos em um mesmo espaço em uma conjunção educacional acolhedora que considere e depreenda a diversidade como uma característica positiva, valorizando as diferenças e peculiaridades de cada um. A autora completa ainda, que a Educação para inclusão é essencial à construção da livre cidadania, considerando o indivíduo como um ser integrante de uma sociedade, entendendo que um dos principais fundamentos da humanidade é a diversidade.

Diante do exposto por Santos, identifica-se a relevância de uma educação embasada nos valores para inclusão. Dessa forma, a escola inclusiva tem como incumbência de promover e garantir uma educação igualitária que abranja toda comunidade escolar, independentemente das especificidades de cada indivíduo. É através de um ambiente inclusivo com véis acolhedor que se dissemina respeito à diversidade humana. Contudo, a implementação desse modelo de educação em sua efetividade é algo recente em nossa sociedade e ainda perpassa por diversos desafios.

Em situações que existem explícitas desigualdades entre os indivíduos se faz necessário utilizar sistemas de “igualdade pela desigualdade”, visto que de nada adiantaria tratar da mesma forma aqueles que estão em situações desiguais na sociedade, o que apenas faria com que as desigualdades fossem perpetuadas (Martins & Almeida, 2020).

Mudanças na sociedade são cruciais para que a inclusão seja incondicional e efetivada, faz-se necessário colocar em prática nosso respeito ao outro e agir eticamente para garantir os direitos de cidadania, e atitudes que dizem respeito a pessoas com deficiência não sejam vistas como um gesto de caridade e sacrifício, mas que seja questão de ética, responsabilidade e respeito.

Em se tratando da educação especial como modalidade para a Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação-Seesp/MEC, o entendimento é que os trabalhos pedagógicos da educação especial devem ser parte complementar do sistema educacional brasileiro, e essa modalidade de ensino deve garantir a educação escolar, assim como promover o desenvolvimento de competências essenciais à aprendizagem dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e categorias da educação básica (Silva, 2021).

Em aspectos legais, pode-se perceber diversos avanços, mudanças e conquistas para que pessoas com necessidades especiais pudessem ter acesso à escolaridade tanto em classes comuns quanto em salas especiais. Mediante a garantia do acesso à educação desse público-alvo, entre os anos de 1998 e 2006 o aumento das matrículas de escolares com necessidades especiais foi de 640% em instituições ou classes especiais (Sousa, 2021).

De acordo com o senso escolar realizado pelo Instituto nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, apresentam dados estatísticos sobre os quantitativos de escolares com necessidades especiais matriculados tanto em classes comuns quanto em classes especiais (Brasil, 2020). Conforme a Gráfico 1, pode-se observar os desdobramentos da educação especial no sistema educacional entre os períodos de 2008 a 2019:

**Gráfico 1.** Total de matrículas da Educação Especial no sistema de ensino nacional entre os períodos de 2008 a 2019.



Fonte: Política Nacional da Educação Especial (2020)

No Gráfico 1, pode-se perceber a partir da apresentação estatística que em 11 anos houve um aumento considerável de alunos especiais matriculados em classes comuns. Em 2008 os números eram de 696 mil e avançando para cerca de 1,25 milhões de alunos especiais em classes comuns no sistema de ensino brasileiro. Pode-se observar também uma redução nas matrículas em classes especiais que em 2008 apresentavam 320 mil e em 2019 esse número diminuiu para 167 mil matrículas na modalidade classe especial, no sistema de ensino brasileiro (Brasil, 2020).

Nesse contexto, verifica-se grandes avanços ao que diz respeito a inclusão escolar na educação brasileira. Mesmo que as classes especiais sejam pensadas a partir das necessidades dos educandos especiais, elas não substituem a classe comum, pois o desenvolvimento desse público-alvo também acontece a partir de múltiplas vivências e interações com os pares.

### **2.1 Analisando a educação inclusiva no contexto da pandemia**

No início de 2020, o novo coronavírus começou a se expandir em uma dimensão global, o que resultou em milhares de mortes e infecções virias, além de impactar as rotinas e atividades humana em todo o mundo. Uma das ações em uma tentativa de diminuir o contágio, foi o isolamento social.

Esse isolamento social resultou na interrupção das diversas atividades sociais, principalmente nos serviços considerados não essenciais, assim o setor de educação tiveram suas atividades interrompidas. Conforme Cavalcante et al (2020) as ações emergenciais em consequência da pandemia, como o isolamento social, impactaram na rotina escolar, sem que a sociedade e as comunidades escolares estivessem preparadas para esse novo desafio.

A partir deste cenário, os principais impactos negativos da pandemia na perspectiva da assistência a Educação Inclusiva, apontam-se fatores como falta de acesso ao ensino remoto, falta de recursos como computadores e aparelhos que acessam a internet, assim como a falta de acompanhamento familiar e pedagógico, configurando um contexto de atraso ou ausência de aprendizagem, evasão escolar e até mesmo ausência de socialização, uma vez que as salas de aulas remotas e o trabalho pedagógico permitem a socialização dos educandos mesmo à distância.

Silva et al (2021) menciona que mesmo amparados por diversas leis, muitos estudantes com necessidades especiais não tiveram acesso a modalidade de ensino remoto por diversos fatores, principalmente a ausência de políticas educacionais emergenciais para se diminuir a desigualdade no contexto educacional em tempos de pandemia.

Conforme Rocha e Vieira (2021), a Educação Inclusiva brasileira já passava por diversos desafios em sua sistematização e o cenário pandêmico tem imposto ainda mais barreiras ao sujeito incluso no que diz respeito ao acesso e qualidade a escolaridade. Dessa forma, questiona-se sobre essa nova realidade no contexto educacional, pois a pandemia apenas destacou a veracidade da desigualdade social e a vulnerabilidade de milhares de brasileiros.

O Conselho Nacional de Educação nos pareceres CNE/PC nº 5/2020 e CNE/PC nº 11/2020 define que os sistemas de ensino em todas as esferas são responsáveis pela garantia em manter o atendimento do público-alvo da educação especial – PAEE, assim como o AEE no contexto de isolamento social. As instruções são a mobilidade e orientações dos professores e AEE, o apoio e comunicação às famílias em relação as atividades pedagógicas tanto no ensino remoto quanto presencial (Brasil, 2020).

No que se refere as estratégias emergenciais na educação em tempos de pandemia, destaca-se a utilização das aulas on-line em plataformas como google Meet, Microsoft Teams, como também atividades e conteúdos enviados pela rede social WhatsApp, foram algumas das possibilidades do acesso e continuidade à escolaridade. Muitos professores de forma improvisada precisaram buscar maneiras para auxiliar alunos com dificuldades de acesso ao ensino remoto (De Jesus *et al.*, 2020).

No que se diz respeito às estratégias para o ensino remoto, segundo pesquisas da Fundação Carlos Chagas-FCC, 7,3% dos participantes mencionaram que, até o mês de julho de 2020, as instituições ou os órgãos responsáveis não haviam sistematizado o ensino remoto. Na mesma pesquisa, 92,7% relataram estar desenvolvendo atividades não-presenciais, e como estratégias para continuidade da escolaridade nas diversas modalidades do ensino foram a distribuição de materiais impressos e o ensino remoto tanto com aulas ao vivo quanto com aulas gravadas (Neta *et al.*, 2020).

Ao que se refere a acessibilidade durante as aulas remotas, a mesma pesquisa aponta que mais de 40% dos participantes indicaram a opção “não se aplica”, provavelmente porque não houve aulas on-line, gravadas, via rádio ou TV, ou

os educandos não apresentavam necessidade de uso dos recursos mencionados. Os dados da pesquisa apresentam também que cerca de 20% das professoras do Atendimento Educacional Especializado - AEE e serviços para educação especial, indicaram que não foram providos os recursos tecnológicos de acessibilidade para seu público-alvo, e em classes comuns, essa porcentagem é quase de 30%.

Percebe-se nos dados acima, que instituições de ensino em todo Brasil, tanto na modalidade de ensino regular quanto no AEE, apresentam dificuldades na disponibilização dos suportes pedagógicos necessários aos educandos inerentes ao ensino remoto, seja em classes comuns, seja nas especiais.

Em uma conjuntura emergencial para se cumprir o calendário escolar através da possibilidade do ensino remoto, percebe-se ações improvisadas tanto em planejamento quanto em se estruturar o acesso homogêneo dessa nova modalidade de ensino na educação básica. Assim como para os profissionais de educação que não tiveram treinamento adequado e até mesmo ferramentas tecnológicas para dar continuidade a práxis pedagógica no ensino remoto.

Não obstante, Abreu (2020) discorre que um dos maiores desafios da sua práxis pedagógica como professora AEE no período de isolamento social, foi manter um nível estável de comunicação com seus educandos e suas famílias, assim como elaborar estratégias para o acesso às aulas e atividades, pois além das dificuldades na utilização das tecnologias digitais como recurso para continuidade da escolarização, a falta de apoio e acompanhamento das famílias também é um entrave ao avanço do ensino aprendizagem em ambiente remoto.

Silva (2022) concorda que as TD no contexto educacional têm como proposta contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem, possibilitando um ambiente flexível com viabilidade de mediação. Dessa forma, tem-se a promoção de estratégias à construção do indivíduo como um ser crítico, com aptidão para conceber suas próprias definições.

Com essa base legal acerca da tecnologia na escola, a Base Comum Curricular – BNCC (2018) em sua quinta competência geral aborda o uso das tecnologias a favor da comunicação, assim como na busca de informações para promoção de novos conhecimentos (Brasil, 2018). Em um panorama educacional, educadores e educando devem utilizar a tecnologia na construção da aprendizagem

O ambiente digital mostra uma nova possibilidade no sistema educacional, promovendo uma maior comunicação humana mediada pelos recursos tecnológicos digitais, de forma interdisciplinar que altera o processo de aprendizado do educando, inserindo-o como sujeito social na conjuntura educacional e na tecnologia de forma síncrona (Dias, 2018).

Dessa forma, verifica-se que mesmo com falhas na garantia ao acesso do ensino remoto e outros aspectos de relativos à acessibilidade, a TD se mostra um recurso indispensável a conjunção educacional atual, permitindo a interação aluno-professor e escola-família, desenvolvimento no processo de aprendizado e interação social entre os agentes envolvidos.

## **2.2 Tecnologias digitais, aulas remotas, educação on-line – aprendizagem e desempenho durante a pandemia**

A pandemia da COVID-19 alterou rotinas e modos de vida das crianças e suas famílias, principalmente, com o fechamento das escolas, gerando novas dinâmicas de sociabilidade e grandes mudanças nas práticas educativas. Devido à alta complexidade dessas mudanças e a especificidade da educação inclusiva, as estratégias digitais tornaram-se possibilidades pedagógicas.

Cada aluno com deficiência possui especificidades, que implicam em adaptações das rotinas de salas de aula, e durante a pandemia essas rotinas ficaram ainda mais complexas, não eram só problemas de socialização, mas como fazer que os Conteúdos programáticos, momentos lúdicos, tendo como recurso as aulas remotas, chegasse até esses alunos a ponto de promover a aprendizagem e o desenvolvimento. A educação digital, nestes casos, podem ser um diferencial de caráter decisivo para a inclusão como recurso pedagógico que auxiliará em todo o processo de ensino-aprendizagem (Silva & Souza, 2020).

Para Dias et al (2021) a proposta da tecnologia digital no contexto da educação especial é incentivar uma apropriação da linguagem diferenciada, de forma significativa na prática educacional, conectar o conhecimento formal às características do conhecimento do mundo. A educação digital promove o rendimento escolar além do conhecimento, associando perspectiva de mundo, pensamento e o sentido.

De acordo com Neta et. al (2020) o primeiro grande desafio não foi só para o aluno PCD. A ausência das TD tem sido uma das barreiras mais expostas e abordadas em pesquisas, assim como a falta de orientação para o profissional de educação adaptar seus planejamentos alinhados ao ensino remoto. Notavelmente pode-se verificar uma redução na participação do corpo docente nas aulas remotas, configurando um cenário de evasão escolar.

O segundo desafio está na incumbência do professor, que vai desde a elaboração de aulas cotidianas que ofertem uma experiência educacional de qualidade a momentos de interação lúdica que descontraia as questões sociais do isolamento durante a pandemia. Considerando que as dificuldades são muitas e são antigas: a desvalorização do trabalho docente, as condições psicológicas e de saúde, a ausência de ferramentas digitais por parte dos educandos e tantos outros obstáculos da educação brasileira, que se destacam com a pandemia (Martin & Almeida, 2020).

A adaptação de toda a rede de ensino para a inclusão das TD não acontece em ações instantâneas, exige investimento na formação de professores, acessibilidade do público-alvo, disponibilidade de recursos, e os protagonistas principais alunos e famílias engajadas. E no que se refere a educação inclusiva todos esses elementos devem ser maximizados. Num processo de educação remota para PAEE, deve-se ter em mente que todos os elementos que favoreçam o processo de aprendizagem desse educando estejam alinhados para a construção do conhecimento (Cipriano & Almeida, 2019).

Quando se fala em educação on-line, não poderá ser restringindo as tecnologias digitais. Sua aplicação deve estar baseada em ações que provoquem a interatividade, afetividade, colaboração, coautoria, aprendizagem significativa, avaliação adequada, mediação docente implicada, relação interpessoal, essa visão torna possível que a educação on-line também seja uma educação inclusiva. Pois o processo de ensino aprendido se dá na forma qualitativa, onde as trocas e as construções conjuntas acontecem. O que caracteriza a educação online é a estrutura pedagógica e não o recurso digital em si. (Santos, 2020).

Oliveira et al (2021) afirmam que pensar na educação on-line na perspectiva inclusiva é compreender que a composição de uma aula agrega múltiplas etapas: planejamento, ação, múltiplos atores em interatividade, problematização, artefatos curriculares, avaliação e outras, de forma não linear, coerente com as conexões ciberculturais, sem o foco no conteúdo exclusivamente.

### **2.2.1 Consequências para aprendizagem**

A relação da saúde com a escola ganha um novo esquadro e a preocupação recai em práticas pedagógicas saudáveis que beneficiem professores, alunos e todo o corpo escolar. Os olhares precisam estar inclinados para concepções que compreendam os sujeitos integralmente, substituindo as metodologias conteudistas por um ensino híbrido e reflexivo, que promova através do diálogo, a escuta e a fala dos protagonistas do processo de ensino-aprendizagem.

Esse movimento de trocas de experiências, de construções epistemológicas e de convívio pode favorecer o bem-estar emocional e psicológico dos professores. Segundo a FIOCRUZ, em 2020 o ambiente escolar deve ser um espaço promotor de saúde planetária, criando relações dialógicas que devem assegurar a educação global, una, sistêmica, reflexiva, crítica e criativa, desenvolvendo habilidades e atitudes que valorizam a vida.

Diante disso, Berg et al. (2020) alertam que é preciso considerar que existirão graves consequências, como o aumento da defasagem escolar devido às diferenças sociais e tecnológicas entre os alunos. Huang et al. (2020) complementam afirmando que o fechamento das escolas gera consequências sociais para as pessoas e sociedade, tais como: aprendizado

interrompido, má nutrição, confusão e estresse para os professores, lacunas na assistência à infância, aumento na taxa de evasão escolar e, o desafio para medir e validar o que se aprendeu durante o ensino remoto.

Sob essa perspectiva, é importante refletir sobre o futuro e visionar que a educação nunca mais será a que era antes. Ela terá um novo ritmo e será cada vez mais digital. Por isso pode se tornar mais excludente. Teremos um período complicado de uma nova transição: do virtual para o presencial, no qual será preciso trabalhar o emocional dos alunos e cuidar para que as diferenças sociais não fiquem mais evidenciadas em uma educação fortemente digital.

Dessa forma, tem-se a escola como promotora da saúde planetária que visa o ensino para o desenvolvimento da cidadania planetária e pretende ser colaborativa, reconectada com a comunidade escolar, valorizando a voz de todos os integrantes do sistema escolar, sendo, portanto, uma escola que oferece diálogo de saberes.

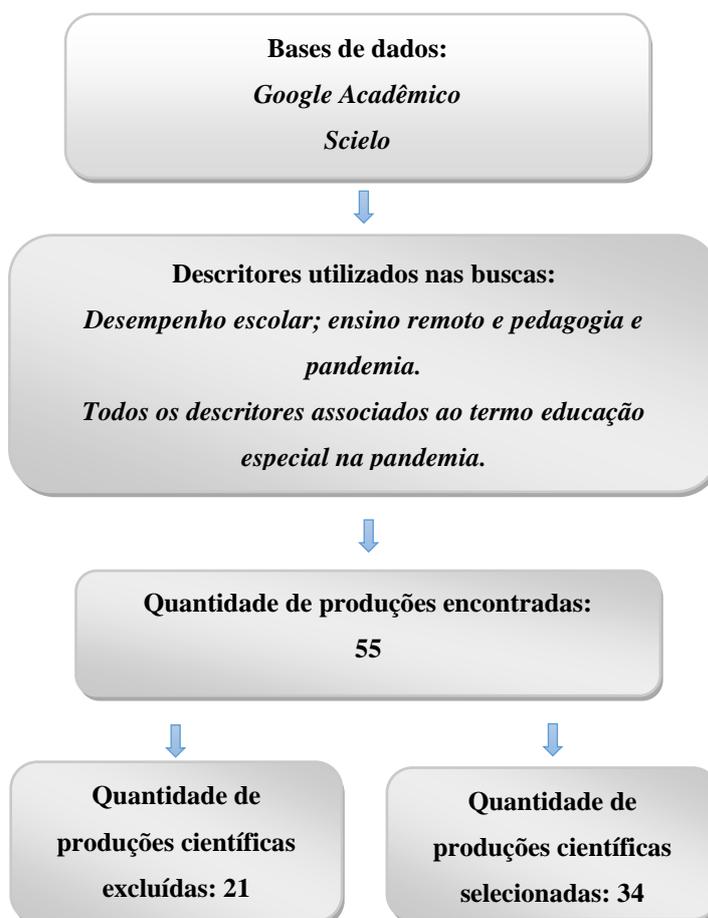
### **3. Metodologia**

O presente estudo é constituído por uma pesquisa bibliográfica de abordagem sistemática (Galvão & Ricarte, 2019), de caráter qualitativa e quantitativa, contribuindo para o aprofundamento dos conceitos vinculados ao tema da pesquisa (Pitanga, 2020). A base do estudo gerou-se em torno do questionamento: qual o papel da pedagogia para reduzir os impactos das desigualdades sociais a partir do ensino remoto na educação inclusiva impostos pelo cenário de pandemia?

Em relação a coleta de dados, instituiu-se uma busca do tema, através das plataformas *Google Acadêmico e Scielo*. Como processo para busca dos dados foram estabelecidos como critérios de inclusão e exclusão, produções nacionais e internacionais no período entre 2018 e 2022, associados ao tema, considerando artigos de periódicos e anais de eventos, documentos, trabalhos de conclusão de curso, capítulo de livro e documentos.

O dinamismo da busca foi instituído em etapas, fazendo uso de descritores de acordo com os eixos: desempenho escolar, ensino remoto e pedagogia e pandemia, todos vinculados à temática educação inclusiva em tempos de pandemia. Ocasão em que selecionou-se randomicamente 8 produções como escopo para análise e discussões dos resultados, conforme se verifica na Figura 1.

**Figura 1** – Fluxograma das etapas de pesquisa.



Fonte: Autores (2022).

Em decorrência das buscas primárias foram recuperados 55 títulos, estabelecendo como requisitos para inclusão os títulos associados à temática proposta, que compõem 22 artigos de periódicos, 5 TCCs, 4 documentos, 2 anais de evento e 1 capítulo de livro, instituindo 34 produções para compor o embasamento teórico da pesquisa, sendo excluídas 21 produções que não abordavam diretamente a temática da pesquisa.

#### **4. Resultados e Discussão**

O tema desta pesquisa possui como eixos temáticos: desempenho escolar; ensino remoto; pedagogia e pandemia. Com eles foi possível verificar fundamental papel do pedagogo quanto mediador dos interesses de instituições de ensino, estudantes e seus familiares, em prol de uma relação que promova os interesses de ambos.

Concomitante pode-se notar que tem-se nos princípios da pedagogia, prezar por uma educação inclusiva, digna e de qualidade para todos, independentemente de qualquer estereótipo. Além disso, é necessário salientar a importância do cumprimento de todas as medidas de segurança de acordo com a OMS para combater a transmissão do vírus da COVID-19. A Tabela 1 descreve as principais obras selecionadas aleatoriamente para efeito de discussão dos resultados em torno do temário.

**Tabela 1** – Relação de Artigos.

| <b>Título</b>   | <b>Autor</b>             | <b>Periódico</b>  | <b>Ano</b> | <b>Eixo temático</b> |
|---|--------------------------|---|------------|----------------------|
| Inclusão e acessibilidade em tempos de pandemia   | ABREU                    | Pedagogia em Ação   | 2020       |                      |
| Educação inclusiva em tempos de pandemia  | CAVALCANTE;<br>JIMÉNEZ   | Realize Editora   | 2020       | Desempenho Escolar   |
| Introdução ao conceito da função exponencial: um olhar para a educação inclusiva.   | SANTOS                   | UTFP  | 2018       |                      |
| Educação em tempos de pandemia no brasil: saberes fazeres escolares em exposição nas redes e a educação on-line como perspectiva. | MARTINS;<br>ALMEIDA      | Docência e Cibercultura                                     | 2020       |                      |
| a educação especial e a covid-19: aprendizagens em tempos de isolamento social.   | DA SILVA;<br>BINS; ROZEK | Interfaces Científicas: Educação                            | 2020       | Ensino Remoto        |
| Educação inclusiva e as tecnologias assistivas na ead: uma breve discussão  | DA SILVA                 | Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. | 2020       |                      |
| O docente e o uso das tecnologias no processo de ensinar e aprender.  | JÚNIOR                   | Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação.             | 2018       | Pedagogia e Pandemia |
| As emoções do professor frente ao processo de inclusão escolar: uma revisão sistemática   | FARIA;<br>CAMARGO        | Revista Brasileira de Educação                              | 2018       |                      |

Fonte: Autores (2022).

Quanto ao desempenho escolar, Abreu (2020) cita que a inclusão e acessibilidade são termos muito comuns na Educação Especial. No cenário de pandemia, evidenciamos a inclusão e acessibilidade digital das tecnologias de informação e comunicação-TICs, ou seja, do acesso aos ambientes virtuais.

Sua pesquisa relata as dificuldades encontradas para o desenvolvimento das práticas educativas com os alunos com necessidades especiais - NE, atendidos na sala de recursos de uma escola estadual, localizada no município de Niterói/RJ, visto que a universalidade na questão do ensino, na modalidade que está sendo oferecida, torna-se excludente para os que não têm acesso a equipamentos eletrônicos e à internet.

As desigualdades nos diversos âmbitos da educação existem, porém tornaram-se mais evidentes as sociais com a questão tecnológica. E no primeiro trimestre de isolamento social, as ações de professores da sala de recursos focaram-se na interação com o discente e sua família, a fim de acompanhar o acesso às propostas colocadas na plataforma pelos professores da turma e o desenvolvimento destas, para melhor adequar as questões curriculares.

Observa-se em Cavalcante e Jiménez (2020) abordagens acerca do processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência no contexto de aulas remotas. Desde o início da pandemia, foram estabelecidas pela OMS, iniciativas para conter o avanço da doença causada pelo novo corona vírus, destacando o fechamento das instituições escolares, fazendo com que as escolas de imediato se adequassem ao formato de aulas remotas para todos os alunos, no qual inclui também os alunos com deficiência.

Por outro lado, Santos (2018), objetivou analisar os direcionamentos da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. A análise permitiu inferir que no contexto dos possíveis efeitos da política de EE na perspectiva da EI consta que deve-se assegurar o direito à educação regular e pública às pessoas com deficiência.

No eixo ensino remoto, Martins e Almeida (2020) citam que as tecnologias utilizadas sejam interfaces de construções conjuntas de forma síncronas e assíncronas, potencializando os debates, o pensamento crítico, a criatividade, o fazer em

conjunto, as reflexões a respeito da experiência social imposta pela pandemia, a comunicação efetiva e amorosa, o currículo integrado com a realidade dos estudantes, projetos que possam ser realizados para encontrar soluções para problemas contemporâneos dentre outras discussões necessárias a educação de qualidade e que se tornem essenciais à formação do cidadão pronto para lidar com o novo mundo que está por vir.

Para Da Silva (2020), é preciso nos reinventarmos para proporcionar o acesso e continuar mantendo os vínculos entre professores e alunos, nem que seja por alguns breves instantes pela forma virtual, respeitando a suportabilidade dos alunos, bem como, em alguns momentos, auxiliando as famílias em suas demandas, sendo realmente pontes de sustentação emocional para alunos e famílias.

A modalidade de Educação à distância, on-line foi posta, como uma alternativa de atendimento aos alunos em diversos níveis e modalidades do sistema educacional brasileiro. Enquanto profissionais da educação especial, tem a clareza que as aulas à distância ou aulas on-line não substituem as aulas presenciais, elas afirmaram que a importância da presença física para os alunos com deficiência, foi ainda mais sentida, sendo a condição que se impõe no momento, foi preciso adaptá-la da melhor forma possível para que os alunos com deficiência sofressem o menor impacto possível.

Para Da Silva (2020), não basta apenas aceitar as diferenças, é preciso ir, além, ultrapassar a constatação das desigualdades para eliminar os mecanismos que reproduzem qualquer tipo de discriminações e desigualdades. Contudo, se o papel da educação é elevar a condição humana no sentido da práxis, cabe às instituições educativas, principalmente à escola, tratar o ser humano naquilo que lhe é mais comum, ou seja, na diferença. Nessa perspectiva de não somente garantir a participação do aluno com algum tipo de necessidades educacionais especiais que a educação inclusiva através da EAD (Da Silva, et sl., 2020).

Por fim, com o eixo pedagogia e pandemia, Júnior (2018), destacam a importância da prática do uso de tecnologias ao longo da formação inicial de docentes, durante as licenciaturas, em qualquer área de conhecimento. Defendem a constante utilização de recursos tecnológicos, e ferramentas computacionais que podem se tornar integrantes do dia a dia dos futuros professores, permitindo-lhes que as utilizem com seus alunos, incentivando-os e motivando-os para os estudos.

Corroborando Faria & Camargo (2020), chegam a afirmar que a preparação do professor para a inclusão, em geral, refere-se à formação acadêmica. Nesse sentido, sugere-se que as dificuldades em relação ao trabalho inclusivo poderiam ser minimizadas por meio da realização de cursos de formação, de capacitação e de educação continuada.

## **5. Considerações Finais**

Abordar a desigualdade social relacionada ao contexto da educação exige muita sensibilidade e pesquisa, acima de tudo. Apesar das diversas produções científicas referenciadas, acreditamos que o grande diferencial está na coragem em desbravar um tema tão atual e que ainda não apresenta perspectiva de fim, considerando que as instituições de ensino tendem a constante adaptabilidade para promoção do ensino remoto.

Por consequência, a população mais vulnerável que anteriormente se deparava com diversas dificuldades em seu contexto social, e com a pandemia e a adoção do novo modelo de ensino através das tecnologias, tornou-se ainda mais agravante do ponto de vista dos impasses diários para o estudo.

A partir das pesquisas realizadas, pode-se identificar que as principais medidas para efetivar a EI no meio virtual de aprendizagem, vieram do engajamento dos profissionais inseridos nesse contexto, ou seja, direção escolar e equipe pedagógica, que a partir do diálogo com as famílias e estudantes desenvolveram metodologias de ensino pautadas na inclusão de todos. Já no que diz respeito às políticas públicas, pouco foi feito até então para incentivar o acesso à educação para todos,

principalmente aos mais vulneráveis economicamente, fazendo-se necessário uma análise das políticas públicas educacionais existentes.

Por fim, o estudo responde ao questionamento na medida que pode-se concluir que a atuação do pedagogo é fundamental na sociedade, como o apoio ao cuidado da saúde mental, e principalmente nas escolas, assumindo o papel de promover e incentivar a escuta e o diálogo nas relações. Cujo desempenho e comprometimento dos profissionais envolvidos consubstanciam uma pedagogia representativa, essencial e necessária ao ensino em qualquer modalidade, remota, híbrida ou presencial, sobretudo, ao desenvolvimento de uma educação inclusiva.

Portanto, sugere-se novos estudos e pesquisas mais aprofundadas no sentido de buscar evidências que consubstancie propostas e tendências de melhorias e mais inclusão ao processo de desenvolvimento do ensino e aprendizagem na perspectiva de construção de uma sociedade mais justa e igualmente reconhecida para todos e todas.

## Agradecimentos

A Universidade Paulista – UNIP, Recife/Pernambuco; à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

## Referências

- Barcelos, Z. P. (2019). *Uma análise da articulação entre professor regente e o auxiliar de apoio ao educando, durante o processo de ensino-aprendizagem do público-alvo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva*. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. [https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC\\_MINS\\_0d725c73b4a9001df18acc7e48cfd5e](https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_MINS_0d725c73b4a9001df18acc7e48cfd5e)
- Bazon, F. V. M., Furlan, E. G. M., Faria, P. C. D., Lozano, D., & Gomes, C. (2018). Formação de formadores e suas significações para a educação inclusiva. *Educação e Pesquisa*, 44. <https://doi.org/10.1590/S1678-4634201844176672>
- Berg, J., Vestena, C. L. B., & Costa-Lobo, C. (2020). Criatividade e Autonomia em Tempo de Pandemia: ensaio teórico a partir da pedagogia social. *Revista Internacional de Educación para la Justicia Social*, 9(3), 1-13.
- Brasil. (2020). PNEE: Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida/Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação. Ministério da Educação (MEC) - Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação (SEMESP). 124p. [https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias\\_1/mec-lanca-documento-sobre-implementacao-da-pnee-1/pnee-2020.pdf](https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias_1/mec-lanca-documento-sobre-implementacao-da-pnee-1/pnee-2020.pdf)
- Brasil. (2020). Reexame do Item 8(orientações para o atendimento ao público da educação especial) do Parecer CNE/CP nº 11/2020, que trata de Orientações Educacionais para a Realização de Aulas e Atividades Pedagógicas Presenciais e Não Presenciais no contexto da Pandemia. Ministério da Educação (MEC). <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2020-pdf/157681-texto-referencia-educacao-especial-revisao/file>
- Brasil. (2018). Base comum curricular. Ministério da Educação (MEC). 600p. <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>
- Cavalcante, M. S. A. (2020). Educação inclusiva em tempos de pandemia. *Anais VII CONEDU-Edição Online. Realize Editora*. <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/68437>
- Centro regional de estudos para o desenvolvimento da sociedade da informação (Cetic.br). Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros- TIC Domicílios2019. <https://cetic.br/pt/tics/domicilios/2019/domicilios/A4/>
- da Silva, A. C. S., de Lima Gomes, T. M., de Souza Bittencourt, I. G., Bulhões, T. M. P., Ludwig, C. H., Simplício, V. P., & Cavalcante, M. V. (2021). Os impactos da pandemia COVID-19 na educação das pessoas com deficiências do Estado de Alagoas. *Research, Society and Development*, 10(15), e425101523086-e425101523086.
- da Silva, C. C. S. C., & de Sousa Teixeira, C. M. (2020). O uso das tecnologias na educação: os desafios frente à pandemia da COVID-19. *Brazilian Journal of Development*, v. 6, n. 9, p. 70070-70079. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n9-452>
- da Silva, K. F. W., Bins, K. L. G., & Rozek, M. A. (2020). Educação Especial e a COVID-19: Aprendizagens em tempos de isolamento social. *Interfaces Científicas: Educação*. 10(1). 10.17564/2316-3828.2020v10n1p124-136
- da Silva, M. J. R. (2020). Educação Inclusiva e as tecnologias assistivas na Ead: Uma breve discussão. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano 05, Ed. 09, pp. 59-69. ISSN: 2448-0959. <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/breve-discussao>
- de Faria, P. M. F., & de Camargo, D. (2018). As emoções do professor frente ao processo de inclusão escolar: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 24, p. 217-228. <https://doi.org/10.1590/S1413-65382418000200005>
- de Jesus Pereira, A., Narduchi, F., & de Miranda, M. G. (2020). Biopolítica e Educação: os impactos da pandemia do covid-19 nas escolas públicas. *Revista Augustus*, 25(51), 219-236. <https://doi.org/10.15202/1981896.2020v25n51p219>

- de Macedo Abreu, B. (2020). Inclusão e acessibilidade em tempos de pandemia. *Pedagogia em Ação*, Belo Horizonte, 13(1). <http://periodicos.pucminas.br/index.php/pedagogiacao/article/view/23705>.
- de Oliveira Cavalcante, A. (2021). Educação especial em contexto pandêmico: um estudo acerca da formação continuada do professor pedagogo. *REVISTA FACULDADE FAMEN| REFFEN| ISSN 2675-0589*, 2(3), 01-11. <https://doi.org/10.36470/famen.2021.r2a27>
- de Oliveira, H. F. M., da Silva, R. F., & Pereira, V. A. (2021). Modos de aprender em tempos de pandemia: Deficiências e inclusão da inclusão digital para alunos da rede pública. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 10 (7), e53410716610-e53410716610.
- de Oliveira Menezes, S. K., & Francisco, D. J. (2020). Educação em tempos de pandemia: aspectos afetivos e sociais no processo de ensino e aprendizagem. *Revista Brasileira de Informática na Educação*, 28, 985-1012. <http://dx.doi.org/10.5753/rbie.2020.28.0.985>
- de Sousa, L. M. (2020). Educação especial no Brasil: o que a história nos conta sobre a educação da pessoa com deficiência. *Revista Bibliomar*, 159-173. <https://periodicoselétronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/13636>
- de Souza, T. A. M. (2021). *Educação e diversidade: o atendimento aos estudantes com deficiência em escola pública*. Monografia (Licenciatura). Pontifícia Universidade Católica de Goiás. <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/3194/1/CB%20Monografia%20Thais%20Andressa%20Mendes%20de%20Souza.pdf>
- Dias, É., & Pinto, F. C. F. (2020). A Educação e a Covid-19. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, v. 28, p. 545-554. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362019002801080001>
- dos Santos, J. (2018). *Introdução ao conceito da função exponencial: um olhar para a educação inclusiva*. Dissertação (Mestrado). Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba. <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/2992>
- Gabriel, E., & Drago, R. (2022). Educação Especial e Educação Inclusiva no Contexto das Políticas Públicas: uma revisão histórica e legal. *Revista Transformar*, 15(2), 66-83. <http://www.fsj.edu.br/transformar/index.php/transformar/article/view/631>
- Galvão, M. C. B., & Ricarte, I. L. M. (2019). Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. *Logeion: Filosofia da informação*, 6(1), 57-73. <https://doi.org/10.21728/logeion.2019v6n1.p57-73>
- Huang, R. H., Liu, D. J., Tlili, A., Yang, J. F., Wang, H. H., et al. (2020). Handbook on Facilitating Flexible Learning During Educational Disruption: The Chinese Experience in Maintaining Undisrupted Learning in COVID-19 Outbreak. Beijing: Smart Learning Institute of Beijing Normal University. <https://iite.unesco.org/wp-content/uploads/2020/03/Handbook-on-Facilitating-Flexible-Learning-in-COVID-19-Outbreak-SLIBNU-V1.2-20200315.pdf>.
- Lopes, A. J. R., Cipriano, J. A., & Almeida, L. C. D. C. S. (2019). Docência e ansiedade: a ampliação do pse como medida preventiva na saúde mental do professor. *ANAIS VI CONEDU*. Campina Grande: Realize Editora. <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/59975>
- Júnior, C. P. (2018). O docente e o uso das tecnologias no processo de ensinar e aprender. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 1092-1105. 10.21723/riaee.v13.n3.2018.11190
- Martins, V., & Almeida, J. (2020). Educação em Tempos de Pandemia no Brasil: Saberes fazeres escolares em exposição nas redes. *Revista Docência e Ciberultura*, 4(2), 215-224. <https://doi.org/10.12957/redoc.2020.51026>
- Martins de Oliveira, L., & Thereza Ferreira Ribeiro, J. (2021). *O cenário da pandemia no Brasil: impactos da desigualdade social e o ensino remoto na educação inclusiva*. Monografia (Bacharelado). Centro Universitário Una. <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/14054>
- Neta, A. D. S. O., do Nascimento, R. D. M., & Falcão, G. M. B. (2020). A educação dos estudantes com deficiência em tempos de pandemia de Covid-19: a invisibilidade dos invisíveis. *Interações*, 16(54), 25-48. <https://doi.org/10.25755/int.21070>
- Ortiz, L. (2021). História e legislação da educação especial no Brasil. In: *MÉTODOS E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: estudos, reflexões e perspectivas 2*. Ponta Grossa: Aya Editora. 17-21 p. 10.47573/aya.88580.2.42.1
- Pitanga, A. F. (2020). Pesquisa qualitativa ou pesquisa quantitativa: refletindo sobre as decisões na seleção de determinada abordagem. *Revista Pesquisa Qualitativa*, 8(17), 184-201, 2020. <https://doi.org/10.33361/RPQ.2020.v.8.n.17.299>
- Santos, R. O. F. (2019). Algumas considerações sobre a Educação Inclusiva e as novas exigências para a formação de professores. *Educação Pública*. 19. 10.18264/REP
- Silva, Á. R. R. (2022). *O uso das tecnologias no processo de ensino e aprendizagem na escola Mirian Moreira dos Reis*. TCC (Licenciatura). Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. [http://repositorio.unifesspa.edu.br/bitstream/123456789/1927/1/TCC%20\\_0%20uso%20das%20tecnologias%20no%20processo%20de%20ensino.pdf](http://repositorio.unifesspa.edu.br/bitstream/123456789/1927/1/TCC%20_0%20uso%20das%20tecnologias%20no%20processo%20de%20ensino.pdf)
- Vieira, F. V. Direito fundamental à educação inclusiva. *Revista Interdisciplinar Pensamento Científico*, 5(3), 2019. <http://dx.doi.org/10.20951/2446-6778/v5n4a11>